

SOBRE OS MODOS DE PRODUZIR SUJEITOS E PRÁTICAS NA CULTURA: o conceito de dispositivo em questão

Fabiana de Amorim Marcello

**Universidade Luterana do Brasil
Canoas, Brasil**

Resumo

O objetivo deste trabalho é caracterizar as formas pelas quais um dispositivo da maternidade é hoje operacionalizado na mídia impressa. Articulo esta discussão a partir do estudo do conceito foucaultiano de dispositivo, concentrando-me em suas três características principais: 1) responder a uma urgência histórica; 2) constituir-se como um conceito multilinear; 3) estar apoiado a outros dispositivos que lhe são contemporâneos. A partir de uma análise enunciativa, mostro como o dispositivo da maternidade – que teve seu surgimento a partir de condições de possibilidade específicas e datadas do final do século XVII –, está voltado para a produção de uma *experiência* materna. Finalizo a discussão examinando como o dispositivo da maternidade está alicerçado a outros dispositivos de nosso tempo, como o dispositivo pedagógico da mídia (Fischer, 2001), ao da infantilidade (Corazza, 2000) e ao da sexualidade (Foucault, 1999).

Palavras-chave: dispositivo, maternidade, mídia, Educação.

Abstract

The aim of this paper is to characterize the ways in which the dispositif of motherhood is operationalized in printed media today. I articulate this discussion through a study of the Foucaultian concept of dispositif, focusing on its three main characteristics: 1) responding to a historic urgency; 2) constituting a multi-linear concept; 3) being based on other dispositifs that are contemporary to it. Through an enunciative analysis, I demonstrate how the dispositif of motherhood – which emerged from specific conditions of possibility in the end of the 17th century –, is focused on the production of a maternal experience. I conclude the discussion by examining how the dispositif of motherhood is anchored on other dispositifs of our time, such as the pedagogical dispositif of the media (Fischer, 2001), of infantility (Corazza, 2000) and of sexuality (Foucault, 1999).

Keywords: dispositif, motherhood, media, Education.

O objetivo deste trabalho é discutir acerca do conceito foucaultiano de dispositivo, partindo da análise e discussão acerca de como um *dispositivo da maternidade* é hoje operacionalizado na mídia. Deste modo, articulo tal discussão concentrando-me no que entendo ser as três principais características do conceito, no intuito de que elas possam reservar argumentos para pensarmos a pesquisa em mídia e educação. Assim, apresento, primeiramente, a idéia de que um dispositivo necessariamente vem a responder a uma urgência histórica. Mostro, portanto, como e partir de quais pontos estratégicos uma certa noção de maternidade pôde manifestar-se e ter existência ao final do séc. XVII. Caracterizo, assim, um conjunto articulado de condições de possibilidade específicas que permitiram a emergência desta noção. Após, passo a discutir acerca da característica de que o dispositivo nada mais é do que um conceito multilinear, que combina estrategicamente campos de saber, relações de poder e modos de subjetivação. No caso do dispositivo da maternidade, caracterizo o conjunto de suas curvas de visibilidade, regimes de enunciabilidade, linhas e força, de subjetividade e de fratura. A partir daí, finalizo a discussão apresentando um terceiro exercício de análise, na tentativa de tornar explícita, justamente, a terceira característica do conceito: o fato de ele estar articulado a outros dispositivos que lhe são contemporâneos. Baseada no exame de um conjunto de matérias extraídas da Revista *Crescer*¹, apresento o engajamento do dispositivo da maternidade a outros dispositivos de nosso tempo, quais sejam, o dispositivo pedagógico da mídia (Fischer, 2001), o dispositivo da infantilidade (Corazza, 2000) e o dispositivo da sexualidade (Foucault, 1999). Vale, desde já, destacar que, ao mostrar a congruência entre dispositivos a partir de uma análise discursiva de materiais midiáticos, pretendo tão-somente dar visibilidade a outro aspecto do conceito foucaultiano. Ou seja, se a primeira e a segunda características do conceito em questão são analisadas a partir de dados e argumentos teóricos, históricos e culturais, na última, de igual maneira, discuto como a mídia não apenas se ocupa da emissão ou mera reprodução de uma *experiência*² materna, mas, por se tratar de um meio específico, de um lócus onde campos de saber-poder dos mais diversos se cruzam, coloca em jogo sua contínua circulação, ampliação e atualização.

Dispositivo como produto de uma urgência histórica

Pretendo iniciar a discussão acerca das características do conceito foucaultiano de dispositivo, analisando de que maneira se engendra e se produz aquilo que o autor denominou de “urgência histórica”. Assim, apresento alguns referenciais históricos que marcam e fazem emergir o dispositivo da maternidade e, a partir disso, articulam sentidos específicos ao sujeito por ele constituído (a mãe). Com base nestes referenciais, a intenção aqui é apontar para o caráter efetivamente construído destes conceitos. Ou seja, pretendo destacar que tanto a maternidade como o sujeito-mãe são efeitos de discursos e de contingências sociais, culturais e econômicas específicas (e não aspectos da natureza de um sujeito essencial).

Na história da maternidade, duas práticas bastante comuns no séc. XVI, XVII, XVIII e

início do século XIX atentam para a constituição do amor materno (tal como o entendemos hoje) como uma espécie de sentimento não-natural e relativamente recente: o envio de bebês às amas-de-leite ou a entrega dos mesmos à Roda dos Expostos.

A atitude de encaminhar os filhos para serem alimentados por amas-de-leite foi adotada para atender principalmente as famílias da aristocracia. Contudo, no séc. XVI e XVII esta prática estendeu-se para as demais classes da sociedade. Tornava-se cada vez mais comum, após o nascimento, retirar a criança dos braços da mãe para ser enviada a estas mulheres e lá permanecer, geralmente, até os seis anos. Quanto à Roda dos Expostos, esta consistia em um mecanismo giratório que continha um vão ligeiramente estreito junto à parede frontal de um hospital ou casa de saúde. Neste pequeno espaço, tornava-se possível deixar uma criança para que fosse criada geralmente por freiras e religiosas que trabalhavam nestes hospitais ou nestas casas de saúde. O detalhe deste mecanismo (e talvez a causa de seu uso corrente no séc. XVII na Europa e também no Brasil no séc. XIX) consistia no anonimato proporcionado por sua arquitetura, pois, aquele que ia entregar um bebê à Roda não era visto pelas pessoas que estavam dentro da instituição.

Motivos como a falta de higiene dos hospitais e de recursos econômicos destas instituições para manter seus abrigados, a própria condição em que as crianças chegavam até lá (muitas vezes, semimortas) e, principalmente o uso intermitente da Roda, provocavam altos índices de mortalidade infantil. As amas-de-leite não tinham qualquer condição de administrar com o devido cuidado àqueles que lhe eram confiados, afinal viviam em situação bastante precária (em termos de higiene, inclusive), recebendo pouco pelo seu trabalho e, geralmente, cuidando de vários bebês ao mesmo tempo. Estes fatos, indicadores de que as crianças morriam em grande número, demonstram também uma relação de indiferença para com elas.

Aliada a estas condições do infantil, há que se considerar uma série de outras características da época que faziam do envio das crianças para amas-de-leite, bem como de sua exposição na Roda, práticas comuns e não condenáveis. Um bom exemplo disso é o próprio contexto em que o corpo não tinha semelhante valor de mercado, tal como concebido na época industrial. O corpo, assim como a morte, era visto com desprezo; um desprezo relacionado “tanto aos valores próprios ao cristianismo quanto a uma situação demográfica e de certo modo biológica: as devastações da doença e da fome, os morticínios periódicos pelas epidemias, a enorme mortalidade infantil, a precariedade dos equilíbrios bioeconômicos” (Foucault, 2000e, p. 47). Evidencia-se que “tudo isso tornava a morte familiar” (ibidem).

Mas o que faz, então, a atitude da mulher em relação aos seus filhos ser radicalmente modificada? Que rupturas poderiam ser aqui indicadas? Afirmo que a maternidade funciona como um dispositivo e, como tal, “em um determinado momento, teve como função principal responder a uma urgência” (Foucault, 2000a, p. 244); seu despontar, por motivos políticos, econômicos, filosóficos e sociais, teve “uma função estratégica dominante” (ibidem).

Para que melhor possamos compreender este processo, é válido destacar certos fatores que permitiram que a maternidade (ou de um certo ideal de maternidade) fosse considerada,

então, uma “urgência” especialmente no final do século XVII. Naquele momento, com a formação e consolidação dos estados nacionais, era necessário que as grandes cidades se constituíssem como “unidades”, tornando possível uma organização do corpo urbano de modo coerente, homogêneo, que dependessem, então, “de um poder único e bem regulado” (Foucault, 2000b, p. 86). Com isso, o Ocidente promoveu uma profunda mudança nos mecanismos de poder: ao invés de um poder que se apropria da vida para suprimi-la, tratasse de *exercer* um poder positivo sobre ela, empreendendo mecanismos capazes de gerar, multiplicar, ordenar a vida e regular seu conjunto. Com isso, configura-se um poder comprometido “a produzir forças, a fazê-las crescer mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (Foucault, 1999, p. 128). É certo que estes novos procedimentos de gerência sobre a vida das populações foram se desenvolvendo desde o século XVII – com os mecanismos de adestramento, ampliação de aptidões, extração de forças e produção de um corpo-máquina útil e dócil –, mas é a partir da segunda metade do século XVIII que eles são fortalecidos como tecnologias de controle do corpo social.

Assim, ao final do século XVIII, no âmbito ocidental, era essencial que se criassem, se fizessem produzir cidadãos que seriam, então, a riqueza do Estado. Garantir a sobrevivência das crianças constituía-se em um novo valor, em oposição ao do Antigo Regime, no qual – tal como já referido – milhões de crianças morriam nas mãos das amas-de-leite e pela exposição à Roda. Iniciava-se, então, um processo de incentivo às famílias (e, em especial, às mães) para o cuidado desta fase que agora se tornara um problema: a infância. Há que se conceber que a condição “maternidade” não existe “sozinha” senão em relação interdependente com a noção de infância.

Para operar o “salvamento” daqueles recém “descobertos” “sujeitos-infantis”, seria preciso convencer cada vez mais as mães a se aplicarem naquelas tarefas que até então estavam esquecidas ou afastadas de seu cotidiano. Havia de ser fundamental o entendimento e a proliferação de discursos que punham em associação as palavras “amor” e “materno” – o que significava não só a promoção de um sentimento, mas a importância considerável que a mulher passa a assumir dentro da esfera privada familiar. A maternidade, a mãe em especial, torna-se valorizada e encorajada na medida em que a “mulher-mãe” assume o papel de uma “agente” vital do biopoder. “Tudo se passa como se a mulher e a criança, implicadas numa falência do velho código familiar, fossem encontrar, do lado da conjugalidade, os elementos de uma nova codificação propriamente ‘social’” (Deleuze, 1986, p. 4).

Como atenta Gomes (2000, p. 7), também “foi nesta época que aconteceram, na Europa, as aparições da Virgem Maria para crianças proletárias e a expansão da irmandade marista”, popularizando, assim, o culto a Nossa Senhora e restaurando a “importância da divindade feminina como objeto de adoração” (ibidem). A mulher deixava de ser relacionada exclusivamente à figura bíblica de Eva: astuta, diabólica, perversa; mas também à de Maria: doce e sensata, de quem se espera comedimento e sacrifício. “A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar” (ibidem).

Grande parte das mulheres de classe média e classe alta no século XVIII estava sendo

encorajada a amamentar seus filhos e, com isso, renunciar ao hábito de envio dos bebês às amas-de-leite. Foi nesta época que Carlos Lineu “introduziu o termo ‘Mammalia’ [que significa em latim, “da mama”] na taxonomia zoológica (...) para distinguir a classe de animais dotados de pelos, três ossos no ouvido e um coração de quatro câmaras” (Schiebinger, 1998, p. 219). Profundamente engajado em campanhas contra a instituição das amas, o cientista promoveu a única divisão zoológica centrada em órgãos sexuais e, em especial, destacando uma característica associada diretamente às fêmeas desta nova classe. Este fato marcou profundamente as formas de conceber as relações de gênero na sociedade e elegeu a figura materna como protagonista das relações de subsistência entre os seres humanos na primeira etapa de suas vidas: tornou, de fato, a amamentação um fato “natural”³.

Ainda no final do século XVIII, foi possível também enunciar uma diferença entre os sexos. Até então, privilegiava-se o entendimento de um sexo único e, portanto, regulatório – qual seja, o masculino. Este modelo de sexo único foi constituído na Antigüidade e perdurou até a Revolução Francesa – período em que não conseguiu garantir legitimidade e consolidação. Os ideais de igualdade entre os cidadãos caldeados por este movimento histórico se impuseram de tal forma que se tornou insustentável a manutenção da hierarquia proposta pelo modelo do sexo único. Houve, assim, a necessidade contingente da promoção de uma diferenciação entre homens e mulheres para que essa garantia fosse retoricamente almejada.

Compreende-se, pois, que a idéia de uma diferença sexual é recente. A partir dessa diferenciação fez-se possível a inserção política e o cumprimento de papéis sociais desiguais entre homens e mulheres. Diferenciados, macho e fêmea tiveram suas funções marcadas pelo determinismo natural de seus corpos. Com a devida legitimação do discurso da ciência, foram delineadas as finalidades que homens e mulheres deveriam cumprir no âmbito econômico, social, cultural da sociedade. Com isso, a garantia de que a mulher fosse condenada ao espaço privado do lar e nele desempenhasse um exercício legitimado – qual seja, sua “governabilidade” (Birman, 1999, p. 57) –, foi ampliada. Como agente importante dessa biopolítica, a mulher foi responsabilizada também pela execução desse projeto de “modernização do social” (ibidem).

A instauração dessa nova lógica punha como fator principal a questão da reprodução da espécie. Foi a partir da idéia de diferenciação sexual que a maternidade pôde ter seu sentido marcado pela ordem instintiva, de forma que se fez da prática materna “um imperativo inelutável para o ser da mulher” (ibidem, p. 31). Elementos de seu corpo como, por exemplo, pélvis alargada, moleza dos tecidos, presença dos seios (dando possibilidade ao aleitamento), fragilidade dos ossos, superabundância das fibras, entre outros justificavam que a mulher tivesse a natural tendência a ser mãe. Historicamente e a partir da ciência da época, o controle, o detalhamento e a minúcia de elementos do corpo feminino fizeram com que fossem promovidas condições de possibilidade concretas para instituir a maternidade como uma finalidade biológica e fazer com que o sujeito-mulher dialogasse e interagisse com o sujeito-mãe⁴ – o que marca de forma indelével a concepção de maternidade que perdurou durante o século XIX e que persiste até hoje.

A família passa, então, a adquirir “uma figura material, organiza-se como o meio mais próximo da criança; tende a se tornar para ela, um espaço imediato de sobrevivência e evolução” (Foucault, 2000c, p. 199). E, obviamente, o papel da mãe obtém um sentido maior, torna-se um sujeito passível de valor, a ser cultivado, ensinado, domesticado na medida em que a criança passa a ser vista como um indivíduo inocente, vulnerável e merecedor de cuidados específicos. Frente a este novo investimento que se faz necessário sobre a vida, não só a infância, mas também a maternidade tornava-se um problema: há que se melhor instruí-la, fazer dela alvo de controle, de objeto de saber e de discursos para seu melhor gerenciamento. O biopoder entrava em jogo para a produção de uma nova sociedade que punha a mulher como responsável por seu futuro. Depois disso, o papel da mulher no seio familiar não seria mais o mesmo.

Nesse sentido, pretendi aqui mostrar que, muito mais do que determinismos, relações de causa e conseqüência, a emergência de um dispositivo está ligada, indelevelmente, a condições de possibilidade datadas historicamente. Assim, pode-se dizer que a emergência de um dispositivo da maternidade esteve profundamente imbricada a um conjunto de condições singulares, das quais destacam-se: a formação e consolidação dos estados nacionais no âmbito europeu; a modificação de atitudes frente à criança, agora como merecedora de cuidados; como a diferenciação dos sexos; a introdução do termo ‘mammalia’ na taxonomia zoológica; e as aparições da Virgem Maria na Europa, conforme foi explicitado. Todos estes fatores, engendrados, tornaram possível a existência de um dispositivo que opera para a produção de práticas maternas e sujeitos-mães até então impensáveis ou improváveis na cultura ocidental.

Dispositivo como conceito multilinear⁵

Partindo destas considerações históricas, busco agora mostrar a segunda característica do conceito e, especificamente, do dispositivo da maternidade. Ou seja, frente a discussões mais amplas e complexas sobre a obra de Michel Foucault – que não se resumem a tratá-la somente a partir da analítica do poder – Deleuze (1999) considera o dispositivo como um conceito operatório multilinear, alicerçado em três grandes eixos que, na verdade, se referem às três dimensões que Foucault distingue sucessivamente. O primeiro eixo diz respeito à produção de saber ou, ainda, à constituição de uma rede de discursos; o segundo, ao eixo que se refere ao poder (eixo, este, que indicaria as formas pelas quais, dentro do dispositivo, é possível determinar as relações e disposições estratégicas entre seus elementos); o terceiro eixo diz respeito à produção de sujeitos.

No que se refere a esta característica multilinear, compreendo que o dispositivo é composto por conjuntos de linhas, curvas e regimes de diferentes naturezas que se mostram transitórias e efêmeras, predispostas a variações de direção e de intensidade. Não são linhas (curvas e regimes) que demarcam limites rígidos de um sistema ou de um objeto; pelo contrário, elas, na verdade, os desestabilizam (tanto o sistema, quanto o objeto), os fazem tornarem-se suscetíveis a movimentos de contínua acomodação quanto às tentativas de

efetivar “processos singulares de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação” (ibidem, p. 158). Essas linhas podem estar em um ou em outro dispositivo (ao mesmo tempo), tornando-os cambiantes entre si; elas são sempre tensionadas pelas enunciações, pelos objetos, pelos sujeitos e pelas forças em exercício (e suas relações manifestas) que o próprio dispositivo produz. Trata-se de linhas que se bifurcam, de curvas que tangenciam regimes de saberes móveis e entrecruzados, ligados a configurações de poder e designados a produzir modos de subjetivação específicos.

1. Curvas de visibilidade – São as curvas que fazem “ver” o sujeito “mãe”; que tendo a maternidade como ponto imaginário necessário ao dispositivo da maternidade⁶, permitem o nascimento deste sujeito, permitem que ele ganhe formas, cores e texturas. São curvas fixadas pelo próprio dispositivo que as sustentam – não como se ela (a maternidade) fosse uma característica natural e *a priori* das mulheres, mas como se agisse tal como uma fonte de luz (semelhante a uma vela, em sua condição de luz frágil e predisposta a qualquer momento ser apagada) que ilumina, que se difunde, que dá visibilidade e faz com que se produza, enfim, o sujeito mãe em toda sua positividade. Enfim, é uma luz que incide sobre este sujeito mãe, cuja existência não poderia manifestar-se sem ser iluminada por ela. Ou seja, não se trata aqui da configuração, seja de um indivíduo pré-existente, seja de uma “realidade” pré-discursiva, mas de um sistema aberto, constituído por um jogo de forças criado e operacionalizado por tais linhas, em conjunto e em paralelo com as que se seguem.

2. Regimes de enunciabilidade⁷ – Por regime de enunciabilidade, não designamos meramente aquilo que se fala sobre as mães; mas aquilo que *se torna possível e justificável* falar sobre elas. São, sim, as múltiplas e proliferantes enunciações que efetivamente encontram condições de entrar na *ordem do discurso*; ou ainda, da possibilidade que elas enfrentam de ultrapassar ou mesmo serem barradas pelas leis de interdição que tangem e definem os limites do discurso. É um regime intimamente ligado com a vontade de verdade que governa nossa sociedade. É a partir deste regime que se descobre, se desvenda a maternidade para o/do sujeito mãe.

As curvas de visibilidade das quais falo não podem ser confundidas, no caso, com as formas palpáveis, com as figuras ou com as imagens veiculadas pelos produtos em questão. Do mesmo modo, os regimes de enunciabilidade não se referem imediatamente aos ditos, às falas proferidas ou mesmo escritas nas revistas. Podemos afirmar que as visibilidades são “relâmpagos, reverberações, cintilações” (Deleuze, 1991, p. 62), ou talvez ambos – visível e enunciável – possam significar trovões que subsistem somente a partir de condições específicas de luminosidade e sonoridade positivadas tanto pelas relações de força, como por outras formas de saber que lhes são correlatas. Tais unidades (visível e enunciável) só podem ter existência a partir de uma combinação meticulosa entre palavras, frases e proposições; a partir de um entrecruzar específico que, então, lhe confere condição de existência. Como apreendê-los? Rachando, abrindo, dilacerando ou, talvez, talhando as próprias palavras, frases e proposições para extrair, extirpar delas os enunciados que lhes são correspondentes (Deleuze, 1991).

Por que esta tarefa seria importante? Porque estas curvas e regimes dos quais falo articulam o poder de nomear, de mostrar e de ser o lugar de sentido e de verdade (Foucault, 2000). A visibilidade é parte constituidora da verdade; da verdade como interpretação, da verdade como perspectivismo (Silva, 2002), ou seja, como lugar “até onde os olhos alcançam” (Houaiss, 2001), até onde eles buscam alcançar ou, ainda, até onde eles não sabem mais ir. Isso corrobora a idéia de que a ligação entre os domínios do visível e do enunciável está muito mais no âmbito da articulação e da complementaridade do que da dependência ou da obviedade de seu possível encadeamento: “há disjunção entre falar e ver, entre o visível e o enunciável” (Deleuze, 1991, p. 73). Há uma certa e relativa independência entre ambos, no sentido que o enunciável tem um objeto específico ao qual se refere, “que não é uma proposição a designar um estado de coisas ou um objeto visível”; da mesma forma que “o visível não é tampouco um sentido mudo, um significado de força que se atualiza na linguagem” (ibidem).

3. Linhas de força da maternidade – As linhas de força atuam como “flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras” (Deleuze, 1999, p. 156). Estas linhas, portanto, retificam as anteriores, delineiam suas formas, delimitam seus trajetos, traçando os caminhos pelos quais as linhas de visibilidade e enunciação irão percorrer (e de que maneira poderão manifestar sua existência). As linhas de força estão intimamente relacionadas com a dimensão do poder e, por isso, atingem todos espaços do dispositivo. Tais linhas estão, portanto, relacionadas com aquilo que o poder tem de “onipresente” – não no sentido de agrupar tudo em uma (equivocada) unidade –, mas em sua característica primeira de se produzir a cada momento, a partir da complexa e estratégica relação entre todos os pontos de um dispositivo. Estas linhas se compõem, tal como o poder, em relação ao saber: não como causa e consequência, mas através de uma relação de mútua dependência, de articulação recíproca. São linhas que fixam os jogos de poder e as configurações de saber que nascem do dispositivo, mas que também o condicionam, ou seja, estabelecem estratégicas relações de força, sustentando tipos de saber ao mesmo tempo que sendo sustentadas por ele. Na medida em que agregam instâncias de saber e de poder, estas linhas são aquelas que mais nos “dirão” sobre a criação e a produção a disposição estratégica de práticas discursivas no dispositivo da maternidade.

Deste modo, as características primeiras do poder (incitar, fazer ver, fazer falar etc.) em relação à produção de práticas de maternização empreendidas por este dispositivo, tais linhas não devem ser confundidas com aquelas ligadas ao saber (educar, tratar, normalizar, diferenciar, punir etc.) que lhe é correspondente (Deleuze, 1991). Ambas estão em profunda relação. Porém, é justamente o fato de serem de naturezas diferentes que torna possível todo seu caráter de atualização e integração recíproca. As características ligadas ao saber e à sua produção são provindas dos choques proporcionados pelas forças em sua relação com os âmbitos do visível e do enunciável. Disso decorre não uma consequência, mas um jogo de mobilidade em que toda produção de saber é ao mesmo tempo o que remaneja, redistribui e atualiza as relações de poder. Como diagrama, máquina abstrata, o dispositivo é a causa imanente que produz agenciamentos concretos (Deleuze, 1991; 1999). É isso,

pois, que permite a constituição do dispositivo da maternidade: a forma complexa e relativamente estruturada pela qual se faz funcionar as relações de poder em função da produção de práticas de maternização e, mais amplamente, da experiência materna.

4. Linhas de subjetivação – São as linhas responsáveis pela produção pedagógica do sujeito por si mesmo. Trata-se de linhas que buscam, antes de mais nada, posicionar os sujeitos não como “objetos silenciosos, mas como sujeitos falantes; não como objetos examinados, mas como sujeitos confessantes”, acima de tudo, “não em relação a uma verdade sobre si mesmos que lhes é imposta de fora”, mas, ao contrário, “em relação a uma verdade sobre si mesmos que eles mesmos devem contribuir ativamente para produzir” (Larrosa, 1995, p. 55). A relação consigo produzida por estas linhas adquire uma certa independência do poder já que se torna “um poder que se exerce sobre si mesmo *dentro* do poder que se exerce sobre os outros” (Deleuze, 1991, p. 107, grifo do autor). A relação consigo, não é mais da ordem do visível e do enunciável, nem da sistematização das forças – embora derive deles, ela é irreduzível a eles. Ela passa a ser luta agonística do sujeito consigo mesmo para a produção de si.

Nesse sentido, são as linhas de subjetividade que fazem com que o conceito em questão se afaste, agora radicalmente, da idéia de um sistema rígido, fechado. São elas, portanto, que permitem ao sujeito, aos discursos a possibilidade de criação de espaços onde seja possível a transgressão, a subversão ou, como diria Deleuze o “passar para o outro lado” (Deleuze, 1999)? Para Foucault, os modos de subjetivação envolvem necessariamente a produção de efeitos sobre si mesmo – que, por sua vez, não são meras atuações passivas do sujeito; pelo contrário, os processos de subjetivação indicam também possibilidades, (des)caminhos, fugas e subversão do próprio sujeito. Não se aponta aqui para a idéia de um sujeito livre, autônomo e soberano criador de suas condições de existência, mas para a condição de escapar dos poderes e saberes de um dispositivo, para um outro. Assim, podemos dizer que as linhas de subjetivação indicam também as linhas de fratura, de descontinuidade, de ruptura do próprio dispositivo, da sua possibilidade de consecutividade, de contínua elaboração e superação (ibidem).

5. Linhas de fratura, de ruptura – São linhas (tais como as demais) prioritariamente históricas, uma vez que “todo dispositivo se define por sua condição de novidade e criatividade” (ibidem, p. 159), por sua capacidade de transformar-se, de romper seus próprios limites. Esta sua capacidade de transformação e rompimento está intimamente ligada aos desenhos traçados pelas linhas de subjetivação na medida em que articuladas com/como pontos de resistência imanentes a todo e qualquer dispositivo – uma vez que configurado (também) a partir de relações de poder-saber. Nesta condição, são linhas que produzem novas configurações de saber-poder-subjetividade, e por isso podem suscitar e antecipar um dispositivo futuro. O que quero dizer aqui é que uma coisa é resistir ao poder; outra é dele escapar. A resistência é o que dá à fuga condição de possibilidade. A luta agonística é necessária aos movimentos não apenas de resistência, como de fuga, justamente porque é a partir dela que são promovidas novas formas de objetivação. Aqui, a resistência não irá se definir como ruptura total das formas de subjetivação propostas por

regimes de saber-poder. Pelo contrário, tais linhas permitem novas configurações desses regimes e, junto a isso, novas formas de produção de sujeitos. Trata-se de práticas que indicam um conjunto de características ligadas ao caráter de imprevisibilidade do próprio dispositivo e, por que não dizer, naquilo que tange seu caráter de “acontecimento”. As linhas de fratura, de fissura ilustram muito bem esta afirmação em sua condição de introduzir o “acaso, [a] contingência, [a] novidade, [a] diferença, [a] vontade de jogo e experimentação com formas de pensamento e sociabilidade” (Ortega, 2000, p. 35).

Dispositivo e dispositivos: articulação como condição de existência

Para finalizar esta discussão, proponho-me agora a realizar um terceiro exercício de análise, no qual busco caracterizar o engajamento entre dispositivos. Ou seja, partindo do dispositivo da maternidade, afirmo de que maneira um dispositivo precisa estar, necessariamente, articulado a outros de seu tempo para que, assim, ele possa efetivamente ter existência. Falar do conceito de dispositivo em Foucault supõe justamente descrever três níveis de análise, três movimentos de pensamento que, entendo, são inseparáveis. Não se trata aqui, portanto, de uma distinção entre teoria e prática; não se trata da efetivação de uma análise de materiais midiáticos sem que tenhamos em vista composições históricas que respondem a demandas específicas (mesmo que contingentes, em constante atualização e assumindo, a cada vez, novas dinâmicas de efetivação); não se trata da análise das mesmas composições sem deslindar os fios (ou as linhas) que produzem sujeitos, verdades, corpos e outros e novos dispositivos.

Neste caso, então, apresento as formas pelas quais o dispositivo da maternidade está arquitetado de maneira a produzir sujeitos-mães e maternidades como seus objetos discursivos tanto a partir de sua articulação com o dispositivo pedagógico da mídia, o da infantilidade e o da sexualidade, como a partir da conjugação das linhas, regimes e curvas que nele se organizam. Assim, o movimento aqui é o de pensar as estratégias e mecanismos pelos quais um dispositivo se atualiza na linguagem – no caso, na linguagem midiática contemporânea.

Creio que um dos exemplos mais emblemáticos da atuação do dispositivo da maternidade hoje se dê a partir do controle e do disciplinamento dos corpos femininos adolescentes. Mais do que isso, é possível afirmar que a maternidade-adolescente é considerada como um problema pelo dispositivo da maternidade. Para ilustrar esta afirmação trago um fragmento da revista *Crescer* que diz, por exemplo, que a “‘pressa’ de transar, que parece acometer as meninas, pode ser resultado, para alguns especialistas, da erotização que permeia toda a sociedade” (Meninas, 2001, p. 21). O especialista convidado por tal revista (o médico Abner Lobão Neto, obstetra e chefe do setor pré-natal personalizado da Escola Paulista de Medicina/Unifesp), constata que a menina-adolescente “está sendo empurrada para o exercício *inconseqüente* da sexualidade pelos apelos eróticos veiculados maciçamente através dos meios de comunicação, que vivem mostrando mulheres nuas, da forma mais hedonista possível” (ibidem, grifo meu).

A partir dos depoimentos de especialistas nos assuntos, são indicados outros motivos pelos quais estas crianças (sic) acabam “gerando outras crianças” (ibidem, p. 20). O primeiro deles não está ligado à falta de conhecimento dos métodos anticoncepcionais, por parte das meninas, mas sim “ao estilo adolescente de ‘ser’ ou não se preocupar em usar os métodos anticoncepcionais que conhecem” (Meninas, 2001, p. 21). Os médicos afirmam que “o descaso com a prevenção pode ser resultado, também, da onipotência juvenil, que faz *as meninas* acharem que com elas não vai acontecer” (ibidem, grifo meu). O segundo motivo para a gravidez destas meninas, como informa a revista, é que “como a maioria [delas] transa sem a mãe saber, não têm dinheiro para comprar a pílula ou receiam que ela sirva de alerta para os pais, caso a encontrem guardada em casa ou na bolsa” (ibidem, p. 21-22). Há ainda aquelas “até buscam orientação sobre métodos contraceptivos quando começam a transar (...). Mas aí, brigam com o namorado e param. Daí voltam e transam, e ela já está sem proteção” (ibidem, p. 22, grifo meu). Um agravante dessa situação é que as adolescentes “não se preocupam com a possibilidade de adquirir alguma doença sexualmente transmissível (ibidem, p. 22). Inconseqüentes, irresponsáveis, imprudentes, precocemente sexualizadas: afinal, que tipo de mães serão estas?

Dispositivo da maternidade, da sexualidade, da infantilidade e dispositivo pedagógico da mídia encontram-se aqui em intensa relação e, de certa forma, competindo ou articulando sentidos entre si. Trata-se de mostrar a intrusão desmesurada da sexualidade adulta no singelo e inocente universo infantil e o quanto é prejudicial o movimento ou deslocamento da criança para a mulher ou, ainda, do bem para o mal.

Como refere Walkerdine (1999), este processo de denúncia e, ao mesmo tempo, indignação sobre a “erotização das garotinhas” (p. 75), estão ligados ao fato que a infância é discursivamente articulada e pensada em nossa cultura como se fosse do gênero masculino: “embora seja tomada como neutra, em termos de gênero, ela é sempre pensada como um menino, um menino que é ativo, criativo, desobediente, contestador de regras, racional” (ibidem, p. 77). Assim, a menina seria aquela que “trabalha enquanto o menino é brincalhão, ela segue regras enquanto ele trata de quebrá-las, ela é boa, bem comportada, não racional” (ibidem, p. 77-78). Este é um modelo altamente desejável na cultura, pois “a menina boa e esforçada, que segue as regras, prefigura a imagem da mãe atenciosa (Walkerdine, 1999, p. 78).

A maternidade precoce é tida como o oposto da infância feminina cultuada; é um tipo de resultado concreto, apresentado em forma da pequena Lolita, ou seja, “da garota que se apresenta como uma pequena mulher, mas não do tipo que proporciona cuidados, nutrição, proteção, mas da sedutora, da prostituta, em oposição à boa garota virgem” (ibidem). As revistas que servem aqui de foco para a análise cumprem o papel de defender esta infância que, para elas, está prestes a desaparecer; de dar a esta infância seus direitos e assim proteger, garantir seu futuro “saudável”. Afinal, o que estas meninas estavam fazendo, que não estavam na escola? Neste processo de denúncia, não apenas se mostra uma infância perdida, mas igualmente o que deveria funcionar como geral ou “natural” na prática da maternidade. A partir desses casos, abre-se a possibilidade de acessar e conhecer melhor a essência da “verdadeira” mãe. Por uma espécie de paralelismo, é a partir da construção de

subjetividades como estas que se determina e se fixa uma maternidade normativa.

O dispositivo da maternidade, já que ligado ao dispositivo da infantilidade, também chora a infância perdida, denuncia o abuso e a perigosa erotização precoce de meninas, porque a partir disso é que ambos vão garantir e assegurar identidades normais: seja a de Adulto (Corazza, 2002), seja a de maternidade normativa. O dispositivo da infantilidade precisa infantilizar seus sujeitos, da mesma forma que o dispositivo da maternidade necessita maternizar os seus. Imbricados, restauram e revigoram tanto sua vontade de infantil, quanto sua vontade de maternidade.

Se a maternidade-adolescente pode ser aqui ressaltada por sua característica de imaturidade, por outro lado, há certas práticas maternas pré-adolescentes que evidenciam o contrário. Refiro-me especialmente a brincadeiras de faz-de-conta, nas quais meninas entre seis e oito anos investem em “treino para o desempenho de funções que a criança exercerá na vida adulta, como comandante ou comandada” (Na brincadeira, 2001, p. 77). A partir do destaque dado a essas brincadeiras de meninas (sic), evidencia-se como o dispositivo da maternidade aplica-se na tarefa de compor a normatividade.

Sissi [a menina] e Larissa [a boneca] reproduzem de fato a maternidade com *incrível realidade*. A pequena mamãe conversa *amorosamente* com sua filhinha, repetindo seus choramingsos e balbucios, faz a boneca coçar os olhinhos quando está com sono e, quando sai para um passeio e encontra outro bebê no colo por perto, apresenta-o para Larissa. Na rotina desse faz-de-conta, entram todos os cuidados que as *mães de verdade* costumam dispensar aos seus bebês: trocas de fralda, limpeza no bumbum, banho, roupa limpa, comidinhas, hora de arrotar, canções para dormir. (Na brincadeira..., 2001, p. 76)

É importante dar a ver essa maternidade-de-mentirinha, porque com ela são traçadas formas de cumprir a norma ou de colocá-la em funcionamento. Nada imatura, a menina mostra uma espécie de seriedade, de rigor ao representar-se como mãe. Mostra que, desde pequena, o sujeito-mulher sabe, efetivamente, como tratar os filhos, como cuidar deles e o quanto isso lhe é motivo de prazer, orgulho e naturalidade (sic). A menina que assume mesmo o papel de mãe inclusive demonstra o “amor incondicional” (ibidem) – característico da maternidade normativa – à pequena filha de plástico. Os adjetivos e expressões empregados são ilustrativos: *incrível realidade* (sic), *mães de verdade* (sic), *conversas amorosas* (sic). Ao retratar o “jogo saudável” (ibidem) de brincar de mãe, a norma vai encontrando cada vez mais espaços para sua afirmação. Ironicamente, a prosaica brincadeira infantil serve de suporte para uma normatividade materna ligada a questões de responsabilidade e maturidade (precoce): a mesma norma, pois, que irá afirmar patologia da maternidade-adolescente.

Há outra importante constatação a ser feita. Na questão da maternidade-adolescente parece ainda ser dada às meninas a responsabilidade total pelo fato de engravidarem. É a mulher quem deve ter o controle sobre seu corpo e, portanto, a ela cabe qualquer tipo de prevenção. Por este motivo, torna-se importante “desenvolver campanhas de prevenção

dirigidas às adolescentes” (Meninas, 2001, p. 25) afinal, são elas que escondem das mães o fato de estarem transando, que não são assíduas nos tratamentos ou consultas médicas ou pensam a si mesmas como onipotentes. Assim, “além de incentivar o uso de preservativos, [est]as campanhas poderiam induzir a adolescente a refletir sobre a *inadequação* da maternidade precoce” (ibidem, 2001, p. 21, grifo meu). Dirige-se a disciplinarização dos corpos e dos tempos somente às meninas, pois parece serem elas as principais culpadas pelo fracasso em fazer seus corpos dóceis ou úteis. Já que as adolescentes resistem ao controle das operações de seu corpo-sexo, que isso se faça então na forma de corpo-maternidade: necessitam, nessa condição, de um atendimento (duplamente) especializado, “de preferência multidisciplinar (ginecologia, psicologia, nutrição, pré-natal)” (Meninas, 2001, p. 24).

Há aqui também um cruzamento, um entrelaçamento do dispositivo da maternidade com o dispositivo pedagógico da mídia, principalmente no que diz respeito à predominância da mulher como ser falante e falado nos espaços comunicacionais. Para Fischer (2001b), trata-se de uma característica peculiar da mídia (mas talvez não só dela), no sentido de tornar o sexo feminino protagonista das mais diferentes matérias, reportagens, programas etc. Constituem-se, assim, modos específicos de enunciar a mulher, de torná-la visível e enunciável e, paralelamente, torna-se legítimo elas serem incessantemente descritas e narradas. De modo semelhante, as linhas de subjetivação destes dois dispositivos, ao privilegiar as mulheres no convite a falar de si (ou de constituírem-se em um tema a ser falado e explicado), de se confessarem publicamente, fazem-nas visíveis e enunciáveis como sujeitos que devem ser constantemente educados, ensinados, informados, como “sujeitos cada vez mais necessitados de normas e procedimentos para permanentemente ‘cuidarem de si’” (Fischer, 2001a, p. 588).

Considerações finais

Após feito esse conjunto de discussões, resta desenvolver algumas questões que poderiam ser resumidas pela pergunta: afinal, qual a importância da temática da maternidade (e, mais especificamente, do entendimento acerca da organização de um dispositivo da maternidade) para a educação? Assim, permito-me concluir esse artigo destacando o quanto o tema da maternidade (ou da maternagem) está inserido numa discussão mais ampla acerca da formação de professores (em especial, de pedagogas e pedagogos). Apenas para citarmos um exemplo acerca dessa relação, uma pesquisa desenvolvida por Marília Pinto de Carvalho e Cláudia Pereira Vianna aborda questões pertinentes sobre a relação entre mães e educadoras no espaço escolar. As autoras discutem aspectos da indefinição dos diversos papéis exercidos pelas educadoras, bem como a influência mútua de uns sobre os outros. De algum modo, tais papéis evidenciam uma “imbricação entre trabalho doméstico, maternagem e trabalho assalariado” (Carvalho e Vianna, 1994, p. 134). Atuando como responsáveis pela educação de crianças, as professoras “compartilham tarefas, modelos ideais de cuidados e maternagem,

características e saberes culturalmente atribuídos a uma natureza feminina” (ibidem, p. 138). As autoras enfatizam o caráter político da relação entre maternagem e atuação profissional, mostrando o quanto os limites da responsabilidade das educadoras escolares podem ainda estar indefinidos e móveis.

Da mesma forma, não é raro que alunos e alunas de graduação em Pedagogia aprendam sobre teorias pedagógicas baseadas na Psicologia Evolutiva, as quais buscam promover a formação de uma criança autônoma, independente, responsável, cognitivamente competente, portanto, bem educada. Trata-se de teorias que enfatizam a importância da participação da mãe para o “desenvolvimento” destas crianças. Baseadas em uma descrição do que consideram como natural (por exemplo, a sincronia entre mãe e filho), algumas destas teorias pedagógicas manifestam que a tarefa das mães está relacionada com uma forma de educação “indireta e de diligência no que se refere à criação de circunstâncias (emocionais e físicas) que estimulem a aprendizagem de seus filhos e a aquisição de certas características” (Woollett e Phoenix, 1999, p. 89). Ao mesmo tempo, este discurso é apreendido pelas instituições escolares de forma a considerar que as mães constituem-se, muitas vezes, como “origem dos problemas evolutivos” (idem, p. 87), conduzindo, assim, a uma fácil culpabilização da mãe, no caso de a evolução de seu filho não se ajustar àqueles níveis referidos.

Obviamente, a presença de um caráter maternal da formação de pedagogos e pedagogas não é central aqui, neste artigo. Porém, ela merece ser ressaltada apenas na medida em que *faz ver* que a discussão acerca da produção contemporânea da maternidade é reiterada em muitos espaços da cultura. Isso porque ao falarmos do conceito foucaultiano de “dispositivo”, estamos falando de um grande aparato discursivo, que produz incessantemente formas normais e mesmo anormais de ser sujeito, e, no caso aqui, de ser mãe hoje; se observarmos com atenção, como grande aparato discursivo, este dispositivo da maternidade está presente e é repetido em várias instâncias: na mídia contemporânea, na escola ou na universidade (como foi dito), mas também em programas governamentais, em dogmas religiosos – cabe perguntar: e em que outros lugares? Mas cabe ainda ampliarmos a discussão, questionando sobre quais outros dispositivos são hoje reiterados midiaticamente e qual a relação que eles estabelecem com o contexto escolar. Enfim, a idéia aqui é fazer com que tais discussões possam servir para promover perguntas que, acima de tudo, nos permitam pensar: afinal, que sujeitos estamos ajudando a produzir?

Notas

¹ Trago aqui um fragmento de análise da revista Crescer (publicação mensal da Editora desde 1990), realizado a partir de matérias extraídas do período de janeiro de 2001 a julho de 2002. Um dos motivos pelos quais esta revista foi escolhida para esta análise deve-se ao fato de que, dentre todas as publicações destinadas ao cuidado do infantil no Brasil, a Crescer é a de maior vendagem no País (informações obtidas no site da revista, ver nas referências).

² Experiência entendida como uma “correlação (...) entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (Foucault, 1998, p.10).

³ É importante lembrar ainda que nesta mesma publicação, Lineu introduziu também o termo Homo sapiens, distinguindo,

assim, os homens dos demais primatas (como chimpanzés e morcegos, por exemplo) pelo “dom” da razão. Deste modo, “na terminologia de Lineu, uma característica feminina (as mamas lactentes) liga os humanos aos seres brutos, enquanto que uma característica tradicionalmente masculina (a razão) marca nossa separação deles” (Schiebinger, 1998, p. 227).

⁴ Fica clara, desde já, a terceira característica do conceito foucaultiano. Ou seja, percebe-se o quanto a emergência do dispositivo da maternidade esteve imbricada ao dispositivo da sexualidade e no da infantilidade. Nesse sentido, em sua conjugação, os três garantiram o controle, a educação, a instrução, a narração e a medicalização do corpo e da “alma” da mulher.

⁵ A discussão que trago aqui acerca da característica multilinear do conceito em questão encontra-se ampliada em Marcello (2004). No artigo referido, dedico-me total e integralmente ao desenvolvimento desta característica.

⁶ Tal como o “sexo” para o dispositivo da sexualidade (Foucault, 1999, p. 145) e a “infância” para o dispositivo da infantilidade (Corazza, 2000).

⁷ Embora Deleuze (1999) denomine regimes de enunciação, preferi adotar a expressão regimes de enunciabilidade, pois creio que assim posso deixar mais claro que tais regimes ultrapassam a dimensão do dito em si mesmo. Neste sentido, o caráter de enunciabilidade é o que daria condição de existência às enunciações.

Referências

- BANDINTER, E. *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BIRMAN, J. *Gramáticas do Erotismo: a Feminilidade e suas Formas de Subjetivação em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CARVALHO, M. P. et al (orgs.) *Novos Olhares: Mulheres e Relações de Gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Marco Zero, p. 133-158, 1994.
- CORAZZA, S. M. *Infância & Educação – Era uma Vez... Quer que Conte Outra Vez?* Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *A História da Infância Sem Fim*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.
- DELEUZE, G. Que és un dispositivo? In E. Balibar, H. Dreyfus, G. Deleuze et al. *Michel Foucault, Filósofo*. Barcelona: Gedisa, p. 155-163., 1999.
- _____. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. Prefácio – A ascensão do social. In J. Donzelot. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Brasiliense, p. 01-08, 1986.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma Trajetória Filosófica – Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FISCHER, R. M. B. *Televisão e Educação: Pensar e Fruir a TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- _____. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. *Estudos Feministas*, Florianópolis: CFHC/CCE/UFSC, vol. 9, n.º 2, p. 586-599, 2001a.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. Sobre a História da Sexualidade. In _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, p. 243-276, 2000a.
- _____. O nascimento da medicina social. In _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, p. 79-98, 2000b.
- _____. A política da saúde no século XVIII. In _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, p. 193-208, 2000c.
- _____. Os intelectuais e o poder – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, p. 69-78, 2000d.

- _____. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000e.
- _____. *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *História da sexualidade II: o Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- GOMES, P. M. B. *Princesas: Produção de Subjetividade Feminina no Imaginário de Consumo*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.
- HOUAISS. *Dicionário Eletrônico de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. da. *O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, p. 35-86, 1995.
- LASCH, C. *A Mulher e a Vida Cotidiana: Amor, Casamento e Feminismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MARCELLO, F. de A. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos maternos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre: UFRGS/FACED, v. 29, n. 1, p. 199-213, 2004.
- MENINAS que viram mães. *Crescer*. São Paulo: Globo, n.º 88, 2001, p. 20-25.
- NA BRINCADEIRA de casinha. *Crescer*. São Paulo: Globo, n.º 90, maio de 2001, p. 76-77.
- ORTEGA, F. *Para uma Política da Amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- REVISTA *Crescer* (2001). Disponível em <<http://www.crescer.globo.com>>.
- SCHIEBINGER, Londa. Mamíferos, primatologia e sexologia. In R. Porter, M. Teich (org.). *Conhecimento Sexual, Ciência Sexual: a História das Atitudes em Relação à Sexualidade*. São Paulo: UNESP/Cambridge, p. 219-246, 1998.
- SILVA, Tomaz T. da. Dr. Nietzsche curricularista – com uma pequena ajuda do professor Deleuze. In A. F. Moreira (org.). *Currículo, Práticas Pedagógicas e Identidades*. Porto: Porto Editora, p. 35-52, 2002.
- WALKERDINE, Valerie. A cultura popular e a erotização das garotinhas. *Educação & Realidade*. Porto Alegre: UFRGS/FACED, v. 24, n.º 2, jul./dez., p. 77-88, 1999.
- WOOLLETT, Anne; PHOENIX, Ann. La maternidad como pedagogía: la psicología evolutiva y los relatos de madres de niños pequeños. In C. Luke (comp.). *Feminismo e Pedagogías en la Vida Cotidiana*. Madrid: Morata, p. 87-105, 1999.

Correspondência

Fabiana de Amorim Marcello: Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Canoas, Brasil. Membro do Núcleo de Pesquisa em Mídia, Educação e Subjetividade (NEMES), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: famarcello@uol.com.br

Texto publicado em [Currículo sem Fronteiras](#) com autorização da autora.
